

## Apresentação

Nossa experiência pós-colonial, única e diversa, que ora nos aproxima de outros países colonizados por Portugal, ora dos nossos vizinhos da América Latina, parece ainda ser um entrave para a interpretação de textos literários que toma como base as teorias pós-coloniais. Interpretar um texto “politicamente” não representa nenhuma novidade para a crítica literária brasileira, a diferença está na inclusão no campo literário de questões de gênero, raça e etnia que deslizam na interface cultura/natureza.

Em cada um dos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores que participam dessa edição da Revista Brasileira de Literatura Comparada, é possível perceber o cuidado em evitar essencialismos e dualismos pouco produtivos. Os textos literários analisados proporcionam a escuta de vozes esquecidas, emudecidas, amordaçadas: mulheres, negros e índios, estrangeiros e migrantes, tornam-se agentes e são ouvidos através da paródia, do relato, da reescrita. Textos que não apenas se apropriam da teoria pós-colonial, mas também a questionam, evidenciando discussões sobre cânone, racismo, movimentos diaspóricos, multiculturalismo.

O mecanismo da reescrita comparece no artigo sobre **A tempestade**, do dramaturgo Augusto Boal, escrito por Sirlei Santos Dudalski e Mariana De-Lazzari Gomes. As atuações do dramaturgo denotam uma tomada de posição em favor da descolonização. Como afirmam os autores do artigo: “o Teatro do Oprimido é o teatro das classes oprimidas e de todos os oprimidos, mesmo no interior das classes. Assim, Caliban representa o colonizado pelo colonizado: tanto o protagonista quanto o espectador são

Caliban e nunca se contentam em apenas refletir sobre o passado, mas repensam o presente e se preparam para o futuro.”

Questões sobre diásporas e os fenômenos culturais provocados por ela, são discutidas no artigo “Identidade e hibridismo na Amazônia brasileira: um estudo comparativo de **Dois Irmãos** e **Cinzas do Norte**, de Milton Hatoum”. O deslocamento de olhares para a cidade, para os processos de negociação entre as múltiplas etnias que compõem as populações que vivem na Amazônia, nem sempre pacíficos, nem sempre tranquilos, bem como os discursos “homogeneizantes e tradicionais” sobre a identidade cultural da Amazônia, são problematizados por Gilson Penalva e Liane Schneider: “não estamos propondo substituir a força de um discurso hegemônico por outro marginalizado, mas sim, pensar a partir da fronteira, nos interstícios, observando as formas que assumem os diálogos entre culturas.”

Rejane C. Rocha discute no seu artigo o que chamou de rasura da identidade nacional, a partir da leitura das obras **Quarup** e **A expedição Montaigne**, de Antonio Callado. Para a autora, “Entender a identidade nacional como espectro e miragem é, antes de tudo, aproximá-la à ideia de uma *imagem forjada*, portanto não natural, estabelecida e construída, nunca inerente.” Callado, através da ironia, presente nas duas obras, em escala diferenciada, explora os “escombros do que se delineou, em diferentes épocas, como o “ser brasileiro””.

No texto de Lúcia Osana Zolin ouvimos as vozes de mulheres “descolonizadas e donas de sua vontade.” A autora analisa os romances **As meninas** (1973), de Lygia Fagundes Telles, **A república dos sonhos** (1984), de Né-lida Piñon, e **A audácia dessa mulher** (1999), de Ana Maria Machado e afirma: “No conjunto, essas “meninas” orquestram imagens da mulher-para-ela-mesma, conforme a definição de Touraine (2007), num movimento que sinaliza uma heterogeneidade de facetas femininas, cujas angústias e prazeres, em constante movimento, caminham na contramão tanto do essencialismo historicamente atribuído à mulher e refutado pelo feminismo,

como dos tradicionais papéis subalternos atribuídos aos negros, aos índios e às mulheres, refutados pelo pós-colonialismo.”

O texto de Valéria Rosito, intitulado “Postcolonial female fiction: from the solitary stand in Carolina Maria de Jesus to the solidary diction in Conceição Evaristo”, discute as relações entre conceitos de nação, diáspora e resistência simbólica. Tomando Joel Rufino dos Santos e Gayatri Spivak como principais apoios teóricos e críticos, a autora discute como o que aparentemente era tomado como ‘falta’, inclusive ‘falta de qualidade literária’ por parte da crítica, indicava, na verdade, uma marca de subalternidades outras; ‘raça’ e ‘gênero’ emergem como conceitos que se reapresentam no território do literário a partir da memória e do ato de documentá-la.

Roland Walter, no artigo “Entre gritos, silêncios e visões: pós-colonialismo, ecologia e literatura brasileira”, chama a atenção para o perigo de mistificação de histórias coloniais quando desvinculamos a natureza da história. A leitura de obras de Cuti, Graça Graúna, Antonio Torres, João Ubaldo Ribeiro, Clarice Lispector, Benedito Monteiro e Manoel de Barros, entre outros, evidencia a importância de insistir no diálogo entre os estudos pós-coloniais e ecológicos. Para o autor: “Além desta memória coletiva e social, como diria Maurice Halbwachs, que imbuí a tessitura dos textos literários e trabalha a ligação entre a *episteme* cultural e a geografia, a literatura brasileira revela uma memória interbiótica que evoca os efeitos coloniais na contemporaneidade pós-colonial, tanto em termos específicos ligados à nação brasileira quanto em termos humanos universais.”

Para finalizar essa breve apresentação, não podemos deixar de mencionar a experimentação linguística na língua dos ex-colonizadores, outro viés explorado pelos teóricos do pós-colonialismo, presente no artigo de Paulo César Silva de Oliveira. Especialmente voltado para a análise do romance **O filho da mãe**, de Bernardo Carvalho, mas estabelecendo diálogos com a escritura de Guimarães Rosa, o autor chama a atenção para o estudo da língua, vista não apenas como “herança, mas fenômeno

de pertinência e recusa, atração e repulsa.”. Paulo Oliveira, que prefere chamar a produção de Bernardo Carvalho de “ficção migrante”, conclui que: “O mundo de Carvalho é o da mobilidade, e o lugar de sua prosa é o que chamaremos de “um lugar não mais”, adjunto a “um tempo não mais”, que é o tempo configurado pela reflexão e pela rejeição, recusa de um mundo supostamente integrador, mas que categoriza, separa, exclui.”

Paraíba

*Ana Cristina Marinho*